

# CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - NAEE NA CIDADE DE BREJO DO CRUZ/PB

Maria das Graças Barreto Fernandes - Pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Coordenadora do NAEE/Brejo do Cruz-PB

Ayane Ribeiro de Oliveira Duarte - Psicóloga pela Universidade Estadual da Paraíba — UEPB, Pós-graduada em Psicologia Educacional e Neuropsicopedagogia - Coordenadora da Equipe Multiprofissional/NAEE-Brejo do Cruz-PB

Contatos: graca barretof@hotmail.com; ayaneribeiro29@gmail.com

➤ OBJETIVO GERAL: apresentar os aspectos referentes a criação e implementação do Núcleo de Apoio da Educação Especial — NAEE na cidade de Brejo do Cruz-PB;

#### Objetivos específicos:

- caracterizar o NAEE;
- descrever os objetivos e ações do NAEE;
- identificar os desafios e propor estratégias para aperfeiçoar o serviço.



- > JUSTIFICATIVA
- Iniciativa pioneira;
- ferramenta para o avanço da Educação Municipal de Brejo do Cruz/PB;
- Frutos positivos para os atores escolares.



- > INTRODUÇÃO/REFERENCIAL TEÓRICO
- Educação Especial e Inclusiva;
- Demanda do munícipio;
- Documentos norteadores:
  - Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão, Política Nacional da Educação Especial.



- METODOLOGIA
- Pesquisa qualitativa, um estudo de caso descritivo;
- Coleta de dados foram realizadas observações diretas, análise de documentos;
- O estudo foi desenvolvido na cidade de Brejo do Cruz, localizada no sertão da Paraíba, na Rede Municipal de Educação, na qual existia uma grande carência no manejo das demandas referentes a Educação Especial e Inclusiva;



- > RESULTADOS E DISCUSSÃO
- Porque criar o NAEE?;
- Cuidadores;
- Garantias de direitos;
- Ações desenvolvidas.



- > CONSIDERAÇÕES FINAIS
- O serviço ofertado pelo NAEE foi acolhido e valorizado pelas escolas do município de Brejo do Cruz-PB;
- Importância de serviços especializados.



#### > REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Politica Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.